

A Guerra de 1801 em Trás-os-Montes

António Ventura*

A Guerra de 1801 entre Portugal e Espanha foi o mais breve dos conflitos na longa história de guerras entre os dois Estados peninsulares. A campanha iniciou-se a 20 de Maio de 1801 e terminou a 7 de Junho, com a assinatura do Tratado de Badajoz. Numa Europa que, desde 1792, conhecia uma situação de guerra permanente, e que prosseguirá depois, com a curta paragem motivada pela Paz de Amiens, a Guerra das Laranjas foi um episódio breve, com acções bélicas relativamente modestas. Mas dela resultou a amputação de uma parcela do corpo nacional: Olivença e o seu termo

Não existe, na nossa História, um desempenho tão desastrado por parte das tropas portuguesas. Mesma na resistência de 1580, rapidamente esmagada pelas forças do Duque de Alba, a situação foi menos catastrófica. Em 1801, contrariamente ao que ocorreu em vésperas da aclamação de Filipe II, era o exército português, no seu todo, que estava em causa, não havia divisões no corpo nacional.

Vejamos, pois, como decorreu a campanha de 1801.

Os espanhóis, superiormente comandados por D. Manuel Godoy, na qualidade de Generalíssimo, atacaram Portugal através da fronteira do Alto Alentejo, utilizando cinco Divisões, cujos efectivos oscilariam entre os 40000 e 54200 homens contra 12000 portugueses. Estes eram comandados pelo Duque de Lafões, um venerando ancião com mais de oitenta anos.

A Divisão de Vanguarda, comandada pelo Marechal de Campo, Marquês de Solana, que estava concentrada em Santa Engrácia, nas margens do Xévorá, tomou posições junto a Elvas, onde se registaram recontros esporádicos com as tropas portuguesas. O Brigadeiro D. José Urbina intimou então o Governador de Elvas, D. Francisco Xavier de Noronha, para que se rendesse, mas este recusou firmemente tal exigência, confiante no poder das suas fortificações e nos 9 000 homens de linha e milícias que as guarneciam. A mesma Divisão dirigiu-se depois para Campo Maior e dali para S. Vicente, que ocupou, encaminhando-se para Barbacena e Monforte. Desta localidade marchou sobre Arronches, onde, a 29 do mesmo mês de Maio, travou combate com forças portuguesas em número de 1200 homens, comandados pelo Coronel D. José Cárcome Lobo. As

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

forças portuguesas deviam recusar qualquer confronto com o inimigo, e, no caso de ataque espanhol, retirariam em direcção a Alegrete. D. José Carcome, em vez de retirar, como lhe tinha sido ordenado, ficou em Arronches e quase foi surpreendido pela chegada súbita das forças adversas. Nem sequer aproveitou o acidentado do terreno, vantagem que pode ser decisiva numa batalha. A maior parte dos portugueses estavam formados no Rossio, fora das muralhas, completamente expostos.. A confusão foi completa, tendo a cavalaria portuguesa debandou na maior desordem e atropelando a infantaria, fugindo cada um para seu lado, abandonando bagagens e armas.

A 1.^a Divisão, comandada pelo Tenente General D. Diego Godoy, irmão do Príncipe da Paz, igualmente acampada em Santa Engrácia, atravessou a fronteira no mesmo dia 20 de Maio e tomou posições junto a Elvas, cortando as ligações com Campo Maior. Dirigiu-se depois para S. Vicente e Barbacena, apertando o cerco a Elvas; um destacamento rumou ao sul, entrando mais tarde em Borba e em Vila Viçosa.

A 2.^a Divisão, comandada pelo Príncipe da Paz, D. Manuel Godoy, partiu a 15 de Maio de Albuquerque em direcção a Badajoz, entrando em Portugal junto a Campo Maior, no dia 20. Após algumas trocas de tiros de artilharia junto a esta vila, dirigiu-se para Santa Eulália, S. Vicente, Barbacena e Arronches, onde, juntamente com forças da Divisão de Vanguarda, tomou parte no combate de dia 29. Permaneceu durante três dias na vila de Arronches, e depois marchou para Portalegre, participando nas operações da Divisão de Vanguarda, incluindo o combate de Flor da Rosa, bem como em acções contra camponeses que atacaram soldados espanhóis na Serra de S. Mamede.

A perda de Olivença e de Juromenha

A 3.^a Divisão, comandada pelo Marquês de Castelar, estacionada em Valverde, avançou no dia 20 de Maio para Olivença e Juromenha.

No primeiro caso, o Marquês de Castelar intimou à rendição o respectivo governador, Júlio César Augusto de Chermont, um francês ao serviço de Portugal. Olivença tinha sido desprezada no que respeita à guarnição, apenas confiada a uma ou duas centenas de milicianos, para além de populares que participaram na defesa. Era um número modestíssimo se atendermos à importância daquela praça e à sua história militar, na qual sempre desempenhou um papel principal nas guerras com a Espanha, dada a sua posição de primeira linha. Fosse como fosse, mesmo com reduzidos efectivos e com um

limitado poder de fogo, nada justifica o que aconteceu: Olivença rendeu-se sem disparar um tiro. Foi negociada uma capitulação, que não passava de uma forma de iludir a realidade: Olivença rendeu-se sem qualquer resistência.

Quanto a Jorumenha, na tarde do mesmo dia 20 de Maio, uma força da 3ª Divisão com cerca de três mil homens, comandada pelo Marechal de Campo D. João Carrafa, avançou em direcção àquela vila que era governada pelo Tenente Coronel de Artilharia Veríssimo António da Gama Lobo. A Praça estava guarnecida com uma Companhia de Caçadores do Regimento de Vieira Teles, a 6ª Companhia do Regimento de Castelo de Vide, cinco Companhias de Milícias do Crato e um destacamento de Artilharia. Também aqui não houve qualquer resistência. Apenas foram disparados alguns tiros de canhão e de espingarda quando o inimigo se encontrava fora do alcance.

As notícias da derrota de Arronches causaram uma profunda inquietação, ampliada por boatos alarmistas que davam como certa a chegada de tropas espanholas aos arredores de Portalegre, e de reforços inimigos a Valência de Alcântara, o que possibilitaria uma nova frente de ataque. Em Ferreira, defronte a Montalvão, também estariam tropas espanholas prontas a entrar em Portugal. Num Conselho de Guerra realizado na noite de 29, o Duque de Lafões estudou todas as eventualidades com os seus mais próximos colaboradores, tendo sido decidida a retirada em direcção ao Tejo. O exército saiu de Portalegre no dia 30 de Maio em direcção a Alpalhão. Foi resolvido, noutro Conselho de Guerra realizado em Alpalhão, que o exército se concentraria junto a Gavião, não abandonando a Província do Alentejo, como alguns defendiam. A 31 de Maio de 1801, já as forças lusas acampavam junto àquela vila.

O Combate de Flor da Rosa

No dia 3 de Junho, decidiu-se o envio de uma força a Gáfete, Tolosa, Flor da Rosa e Crato com o objectivo de recolher os abastecimentos ali existentes, cujo comando foi confiado ao Brigadeiro Bernardim Freire de Andrade, oficial prestigiado no qual os soldados podiam confiar. Mas o seu estado de saúde não permitiu que assumisse a comissão, acabando por ser substituído pelo Coronel D. José Carcome Lobo, o comandante das tropas portuguesas em Arronches, cuja actuação tanta polémica causara. O Duque de Lafões assistiu, a cavalo, ao desfile das forças, num total de 600 homens de Infantaria, e 70 de Cavalaria, dos quais 30 Dragões ingleses da escolta do

Duque, e quatro dois canhões. Este destacamento devia escoltar 60 carros requisitados na região, uns puxados por mulas e outros por bois, destinados ao transporte dos víveres e apetrechos existentes nos armazéns.

Depois de terem chegado a Flor da Rosa, as tropas descansaram junto às suas armas enquanto se carregavam os carros. Subitamente soou o alarme às duas da tarde: o inimigo avançava rapidamente pela estrada de Portalegre. A artilharia portuguesa disparou sobre o inimigo, retardando-o, mas a cavalaria lusa repetiu o mesmo que sucedera em Arronches, fugindo precipitadamente, atropelando a infantaria, incluindo o próprio Coronel Carcome Lobo. Perante a força do ataque espanhol, os portugueses retiraram em direcção a Aldeia da Mata, onde se entrincheiraram atrás de muros de pedra e num pequeno bosque, continuando a disparar durante duas horas, até que esgotaram as munições. Acabaram por se render na sua grande maioria, incluindo o próprio comandante. Os espanhóis fizeram mais de três centenas de prisioneiros, que foram levados para Badajoz e libertados, depois de darem a sua palavra de honra em como não voltariam a pegar em armas durante a campanha.

Estigmatizado por mais este desaire, o exército português atravessou o Tejo por uma ponte de barca, operação que demorou dois dias. A 9 de Junho, chegava ao Estado maior português a triste notícia da rendição de Campo Maior, onde decorrera um cerco rigoroso que foi a maior operação militar da guerra.

O Cerco de Campo Maior

A 4.^a Divisão, comandada pelo Tenente-General D. Francisco Xavier de Negrete, concentrada em Badajoz, empenhou-se exclusivamente no cerco a Campo Maior, que fez parte dos objectivos iniciais das forças espanholas, logo no dia 20 de Maio. A vila irá conhecer a mais importante acção bélica de todo o conflito, sob a forma de um cerco, e constituiu o único momento em que as armas portuguesas mostraram alguma determinação.

No dia 24 de Maio, chegaram forças da 3.^a Divisão espanhola que tinham participado na tomada de Olivença e de Juromenha, e que irão colaborar no cerco até ao dia 27, recebendo então ordem para se dirigirem para Santa Eulália

A 26 de Maio, os espanhóis começaram a fazer fogo com uma bateria de quatro peças de calibre 24. No dia 27 entrou em acção uma nova bateria de dois morteiros. Embora

os espanhóis tivessem falta de artilharia pesada, o cerco prosseguiu, sem alterações sensíveis mas com o natural enfraquecimento das defesas portuguesas.

Na manhã do dia 6 de Junho continuou o terrível bombardeamento. O desalento era geral. Depois de um intenso bombardeamento, o General Negrete enviou a Campo Maior o seu Ajudante General, D. Francisco Mariano, com nova intimação, exigindo uma pronta rendição. Convocado um conselho de guerra, ao qual assistiu o Juiz de Fora da Vila, decidiu-se pela aceitação de uma rendição honrosa negociada. A 7 de Junho, a capitulação de Campo Maior era formalmente assinada, saindo os defensores com todas as honras militares.

Os estragos provocados pelos bombardeamentos durante o cerco foram pesados. A artilharia espanhola disparou sobre a Vila 182 bombas de 9 polegadas, 75 de 12, 1207 granadas e 8342 balas de artilharia pesada.

O Tratado de Badajoz

Desde o início da guerra que decorriam contactos para negociações de paz. Luís Pinto de Sousa foi nomeado plenipotenciário, cabendo-lhe orientar as conversações com Manuel Godoy e Luciano Bonaparte para a celebração de dois tratados separados, as quais se iniciaram no dia 28 de Maio de 1801, em Badajoz, terminando a 8 de Junho, com a assinatura dos mesmos. Na noite de dia 6, chegou a notícia da rendição de Campo Maior, desaparecendo assim o único foco de resistência portuguesa. Constava que as tropas francesas de Ciudad Rodrigo se preparavam para invadir Portugal. Estas notícias levaram Luís Pinto a solicitar a reabertura de negociações. Sem ter instruções sobre a questão de Olivença, aceitou condicionalmente a sua cedência para evitar o rompimento das negociações que se traduziriam na continuação da guerra.

Os dois tratados, com a Espanha e com a França, foram ajustados na noite de dia 7 e assinados a 8, mas levarão a data de dia 6. Ficaram a aguardar ratificação dos governos envolvidos, mas, pelo menos, as hostilidades cessaram.

Embora as operações militares de maior envergadura tenham decorrido no Alentejo, Província que foi o alvo privilegiado da invasão espanhola, ocorreram acções de menor dimensão noutros teatros de operações, mais exactamente no Norte, na fronteira entre Trás-os-Montes e a Galiza, e no Algarve. Curiosamente, todas elas tiveram lugar depois

da assinatura do Tratado de Badajoz e do cessar-fogo então declarado. As dificuldades de comunicação fizeram prolongar a guerra naqueles locais

O Algarve

No Algarve foram tomadas algumas precauções, posicionando-se as tropas portuguesas na margem do Guadiana. Em São Bartolomeu estabeleceu-se um acantonamento junto à foz daquele rio, formado por um Batalhão de Tavira, outro de Lagos, alguma artilharia e um Esquadrão de Cavalaria de Olivença. Em Monte Gordo foi instalada uma bateria de Artilharia. Em Vila Real de Santo António tomou posição um batalhão de Milícias e um destacamento de Artilharia, reforçado com 200 homens e quatro peças de campanha.

Na Roca da Azambujeira foi instalada uma força de 200 soldados de Infantaria, três Companhias de Milícias e duas peças de campanha, e no Moinho da Junqueira algumas Milícias e Ordenanças. Na herdade de Monte do Corte, também foram instaladas algumas Ordenanças, Milícias, 100 homens de Infantaria e duas peças da Artilharia.

De Ayamonte, as forças espanholas faziam esporadicamente fogo de fuzil e por vezes de artilharia. Mas a única actividade militar registada ocorreu a 8 de Junho, quando se suspeitou que ia decorrer uma tentativa de ataque espanhol iniciado às cinco da manhã com o apoio de oito canhoneiras, comandadas pelo Capitão de Navio D. Pascual Ruiz Huidobro, algumas forças procuraram atravessar o rio, respondendo as tropas portuguesas. A troca de tiros prolongou-se por quatro horas, resultando algumas canhoneiras danificadas. Do bombardeamento feito pelas baterias portuguesas resultaram dois marinheiros espanhóis feridos. Foi ainda morto por uma bala de canhão o Tenente Coronel de Artilharia D. Joseph Power, e feridos o Tenente de Artilharia D. Manuel Ramirez, o Subtenente do mesmo corpo Pedro Alcázar, um sargento e três artilheiros. Como resposta, duas lanchas canhoneiras dirigiram-se a Castro Marim para bombardear a povoação. O fogo terminou duas horas e meia depois de ter começado.

Era Capitão General do Algarve D. Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Meneses (1761 – 1821), 9º Montei-ro Mor do Reino, 1º Conde de Castro Marim, e mais tarde 1º Marquês de Olhão. Oficial de Cavalaria, fora graduado em Marechal de Campo em 1790, passando à efectividade do posto em 1797. Foi Governador da Torre de S. Julião da Barra. Presidiu à Junta de Faro, em 1808, que dirigiu a luta contra os franceses. Comandando um exército de milicianos que invadiu o Alentejo, para onde os franceses

retiravam, entrando em Beja e Évora. Entre 1808 e 1820 foi um dos Governadores do Reino e membro do Conselho de Guerra. A Revolução de 1820 afastou-o da vida política.

Do lado espanhol, as forças eram comandadas pelo Tenente General D. Joseph de Iturrigaray y Arostegui.

O Exército de entre Douro e Minho

Vejamos o que sucedeu no teatro de operações de Trás-os-Montes.

Antes do início das hostilidades, o Duque de Lafões tinha dividido as forças portuguesas em dois exércitos. Um, entre Douro e Minho, e outro entre o Douro e o Guadiana. Vejamos como se dispunha aquele primeiro, comandado pelo Tenente General Louis Carlet, Marquês de la Rozière, um emigrado francês contratado em Londres para servir no exército português.

O Estado Maior era constituído pelos Tenentes Generais Gonçalo Pereira Caldas, Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, D. Manuel José Lobo da Silveira e Martinho de Sousa Albuquerque; Marechais de Campo Barão de Alverca, Duque de Cadaval, D. Rodrigo de Lencastre, Francisco da Cunha de Meneses e João António Pereira de Lacerda. Como Quartel Mestre General ia o Marechal de Campo Gomes Freire de Andrade, que levava como Ajudantes Bernardo Guilherme Held, Barão de Wiederhold, o Marquês de Tancos, Henrique Niemeyer e o Visconde de La Rozière. O restante Estado Maior era composto por: Henrique de Pratt, Comandante da Brigada de Artilharia; José Carlos Martel, Comandante da Brigada de Engenheiros, João, Conde de La Rozière, e o Barão de Merle, Ajudantes Generais; João Keroual, Quartel Mestre de Detalhe; João Prior, Comandante do Parque; Custódio César de Faria, Comandante da Tropa de Artilharia¹.

Quanto aos efectivos, eles distribuíam-se da seguinte forma:

Infantaria

Regimento de Viana, 2 batalhões, 1600 homens

Regimento de Valença, 2 Batalhões, 1600 homens

¹ «Relação dos Oficiais do Estado Maior do Exército d'Entre Douro e Minho destinados a servir debaixo das Ordens do Ilmo. e Ex^o Senhor Tenente General Marquês de La Rozière», A. H. M., 1^a Divisão, 12^a Secção, Caixa nº 1, nº 4.

2º Regimento do Porto, 2 Batalhões, 1600 homens

2º Regimento de Bragança, 2 Batalhões, 1600 homens

Regimento de Chaves, 2 Batalhões, 1600 homens

Regimento Loyal Emigrants, 1 Batalhão, 800 homens

Regimento Castries, 1 Batalhão, 800 homens

Regimento Mortemart, 1 Batalhão, 800 homens

Estes três últimos regimentos eram formados por realistas franceses e faziam parte do contingente inglês que viera para Portugal. A qualidade dos seus integrantes era muito duvidosa, como duvidosa era a sua lealdade.

Cavalaria

Regimento de Bragança, 4 Esquadrões, 500 homens

Regimento de Chaves, 4 Esquadrões, 500 homens

Regimento de Miranda, 4 Esquadrões, 500 homens

Artilharia

Regimento do Porto, 1200 homens

Artilharia Inglesa, 300 homens

Milícias do Minho

8 Regimentos com 800 homens cada: de Viana, Braga, Barcelos, Arcos, Basto, Guimarães, Vila do Conde e Barca. Com um total de 6400 homens.

Milícias e Trás-os-Montes

5 Regimentos, com 800 homens cada: Vila Real, Chaves, Bragança, Moncorvo e Miranda. Com um total de 4500 homens.

Milícias do Porto

4 Regimentos com 800 homens cada: Porto, Penafiel, Aveiro e Maia. Com um total de 3600 homens.

Tropas Ligeiras

Regimento de Caçadores de Trás-os-Montes, com 600 homens

Artilharia fixa

2 Companhias, com 257 homens

Parque de Artilharia

80 peças de vários calibres, incluindo morteiros.

Estas informações constam de dois mapas assinados pelo próprio Marquês de La Rozière e datados de 21 de Março de 1801. O Exército de entre Douro e Minho teria, assim, 27857 homens, para além do Regimento de Gomes Freire, transferido do Alentejo, e que ainda não tinha chegado. Temos, no entanto, as maiores dúvidas quanto à exactidão destes dados. Já vimos que a maioria dos regimentos estava longe de estar completos. Ora todos os que constam da relação são apresentados com a totalidade dos seus efectivos...

Dois franceses frente a frente

Na fronteira entre Trás-os-Montes e a Galiza, existiu uma situação paradoxal e que reflecte a complexidade do momento que a Europa vivia: as forças em confronto eram comandadas por dois franceses, ambos oficiais de grande valor e merecimento.

Do lado português, o Tenente General Marquês de La Rozière, um militar de prestígio europeu, comandava o exército estacionado entre o Douro e o Minho. Louis-François Carlet nascera em 1735, de uma família de origem piemontesa. Entrou ao serviço no exército francês em 1745, como voluntário no Regimento de Infantaria de Conti. Fez serviço em Itália e depois na Flandres, combatendo nas batalhas de Raucoux e de Lawfeld, e nos cercos de Berg-op-Zoom e de Maëstricht. Fez os estudos na Escola Militar de Mézières, servindo depois nas Índias Orientais como engenheiro. Regressou à Europa em 1756 e esteve no exército destinado à Boémia que entrou no ano seguinte na Westfália, comandando uma divisão de Artilharia na batalha de Rosbach, após o que ficou adjunto do Duque de Broglie. Fez toda a Guerra dos Sete Anos com o Marechal de Broglie e com os Marechais de Soubise e d'Estrées. Nomeado Capitão dos Dragões de Sondershausen, comandou um destacamento na retirada de Minden, sendo o primeiro a

entrar em Cassel (1760). Tenente Coronel em 1761, salvou a vida do Príncipe Ferdinand de Brunswick. Participou nos combates de Grienberg, de Fillinghausen e na passagem do Weser. No assalto a Casel, aprisionou toda a guarnição. Pouco tempo depois caiu numa emboscada e ficou preso durante três semanas no Quartel General do Rei da Prússia, até que foi trocado com outros prisioneiros. De novo no activo, participou nos combates de Wilhenstadt, de Morchom e de Amebourg. Concluída a paz, la Rozière foi utilizado na diplomacia secreta de M. de Broglie, nomeadamente em Inglaterra. Na previsão de uma guerra com a Grã-Bretanha, elaborou em 1770 um plano de campanha contra aquele país e recebeu como recompensa ao governo da Praça de Saint-Malo. Foi chamado, já como Marechal General, para o exército que se reunia nas costas da Mancha. Em 1780 recebeu o título de Marquês e, em 1781, o posto de Marechal de Campo. Com o início da Revolução, emigrou em 1791, juntamente com o filho, juntando-se às fileiras realistas. Foi-lhe confiado o gabinete da guerra pelo Marechal de Broglie. Fez a campanha de 1792 na qualidade de Marechal General. Chamado a Londres em 1794 pelo Conde de Artois, irmão de Luís XVI e futuro Carlos X – tomou parte da expedição contra as ilhas de Dieu e Noirmoutiers. Veio para Portugal em 1797, servindo no exército com o posto de Tenente General. Em 1802 foi encarregado da inspecção geral das fronteiras e das costas. Militar muito culto, foi autor de numerosas obras das especialidade, colaborando ainda na *Encyclopédia* de Diderot e de d'Alembert, com diversos artigos militares assinados com as iniciais MDLR. Morreu em Lisboa a 7 de Abril de 1808.

Na Galiza, as tropas espanholas eram igualmente comandadas por um francês, também fugido à Revolução, o Tenente General Claude-Anne de Saint-Simon. Nascido em 1743, o Duque de Saint-Simon foi Coronel e depois Brigadeiro do exército francês, entrando ao serviço da Espanha em 1780. Regressou ao seu país em 1798, quando a Revolução começou, e foi deputado aos Estados Gerais. Mas as suas ideias contrárias à nova situação política levaram-no ao exílio, voltando para Espanha. Participou na Guerra do Rossilhão integrado no exército espanhol, foi promovido a Marechal de Campo e depois a Tenente General, sendo nomeado em Março de 1801 para comandar o exército da Galiza. Carlos IV agraciou-o com as maiores honras pela sua bravura e dedicação. Em 1808 defendeu Madrid contra os seus próprios compatriotas, sendo preso e condenado à morte como emigrado. Esteve detido em Besançon até 1814. Após o regresso de

Fernando VII ao poder, foi nomeado Capitão General e Comandante das Guardas Walonas. Morreu em Espanha em 1820.

A Acção de Monterrey²

O Marquês de la Rozière ordenou ao Marechal de Campo Gomes Freire de Andrade, seu Quartel Mestre General, que efectuasse uma acção ofensiva do outro lado da fronteira. No dia 8 de Junho, pelas 20 horas, um destacamento sob o seu comando abandonou o acantonamento na Veiga de Chaves. Era formado pelos Regimentos de Infantaria de Chaves e de Cavalaria de Bragança, Companhias de Caçadores e Granadeiros de Milícias de Vila Real e de Chaves, duas Companhias francas de voluntários e duas peças de artilharia de calibre 3. No total, a força somava 1787 homens e o seu objectivo era a localidade de Monterrey, que se encontrava defendida por 4000 efectivos.

Às 4 da madrugada, as tropas portuguesas chegaram a Vilarelho, no meio de grande confusão gerada pelos voluntários, que não primavam pela disciplina. Formaram-se então duas colunas. Uma, comandada por Gomes Freire, com 180 homens do Regimento de Cavalaria de Bragança, 50 Caçadores e seis Companhias de Infantaria de Chaves, uma peça de artilharia e 40 cavaleiros que cobriam a retaguarda. A segunda coluna era formada por 50 Caçadores do Regimento de Infantaria de Chaves, 20 cavaleiros de Bragança, uma Companhia de Granadeiros de Bragança, Caçadores e Milícias de Chaves, duas Companhias francas e uma peça de artilharia. Era comandada pelo Coronel Manuel Inácio Pamplona Corte Real, um militar experiente, que tinha servido no exército russo com Gomes Freire, onde ambos participaram na guerra contra os turcos. Pamplona esteve ainda no exército inglês nas primeiras campanhas contra a França, participou na guerra do Rossilhão como Ajudante General da Divisão Portuguesa. Posteriormente foi promovido a Brigadeiro (1806). Mais tarde juntou-se à Legião Portuguesa ao serviço da França – tal como Gomes Freire – e foi nomeado por Massena Governador Militar de Coimbra, cargo que não aceitou. Integrou o Grande Exército que invadiu a Rússia, tendo recebido de Napoleão a Legião de Honra. Depois da queda do Imperador, ficou ao serviço de Luís XVIII. Só depois da revolução de 1820

² V. «Relação da Expedição de Monterrey», Arquivo Histórico Militar, 1ª Divisão, 12ª Secção, Caixa nº 2, nº 7; «Relação das operações do Exército das Província de Trás-os-Montes dirigidas pelo General Gomes Freire de Andrade no ano de 1801», idem, Caixa nº 2, nº 9; «Relação verídica e análise da Expedição de Monterrey», in Fernando Maia, *Subsídios para a História Militar de Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1904, pp. 1 a 18. Luz Soriano, op. e vol. cit., pp. 378 a 382.

é que foi autorizado a regressar à Pátria, participando activamente na vida política nacional na sua qualidade de liberal, exercendo cargos ministeriais. Em 1823 recebeu o título de Conde de Suberra, dado por D. João VI, de quem era muito próximo. Embaixador em Madrid em 1827, foi detido no ano seguinte, quando D. Miguel se tornou rei de Portugal, percorrendo um longo calvário de prisões, vindo a morrer em 1832 no Forte da Graça, em Elvas.

Às seis horas da manhã, as duas colunas saíram de Vilarelho e entraram em território espanhol, encaminhando-se a primeira para Verim, e a segunda para Monterrey. Os quarenta cavaleiros foram para a Vila de Verim, a fim de atrair a atenção do inimigo. Às oito horas, as duas colunas estavam à vista do inimigo que ocupava Monterrey, Verim e as elevações. Gomes Freire tinha ocupado as elevações da serra Negra e observava a partir dessa posição os espanhóis, quando a segunda coluna, que tinha entrado pela Portela da Oura, encontrou os Voluntários Aragoneses que abriram fogo, obrigando os portugueses a recuar. As Milícias e as Companhias francas também retiraram, depois de uma curta troca de tiros, e não foi possível voltar a reuni-los, apesar dos esforços do Coronel Pamplona, que em vão procurou atacar as posições inimigas. Perante isto, Gomes Freire destacou uma força de cem Fuzileiros da sua coluna, sob o comando do Coronel Wiederhold, para ir em reforço da outra, mas os soldados recusavam-se a marchar, pelo que aquele oficial teve que chegar ao extremo de os ameaçar com a sua pistola para que eles obedecessem às ordens dadas. Finalmente, conseguiram desalojar os aragoneses de uma posição que ameaçava a coluna de Pamplona. Depois de tomadas aquelas alturas, Wiederhold ordenou ao resto do Regimento de Chaves que se juntasse a ele, o que os militares fizeram, com manifesta má vontade: «desde o Coronel até ao tambor, tudo indicava moleza, fraqueza e medo»³. Excepção feita para o Tenente Coronel Damião Pereira.

Quando os espanhóis viram que os portugueses tinham ocupado aquelas posições, retiraram-se, e Gomes Freire aproveitou para reforçar as suas linhas com o Regimento de Chaves e uma peça de artilharia. Ou fosse pelo acidentado do terreno ou pela incúria demonstrada pelos que a transportavam, a peça acabou por partir uma roda, de modo que foi necessário retirá-la apressadamente para que não se perdesse.

³ Fernando Maia, *Subsídios para a História Militar de Portugal*, cit., p. 10.

Dos pontos ocupados pelos portugueses podia ver-se as defesas de Monterrey, com quatro mil espanhóis e nove peças de artilharia. Nas muralhas da povoação existia uma brecha antiga, que fora mal reparada, e que podia ser um ponto de penetração no caso de ataque português. A Infantaria portuguesa estava colocada nas alturas, e a Cavalaria na planície. Uma força de 20 cavalos do Regimento de Bragança fez um reconhecimento sob o comando do capitão Lopo Correia, ocupando três posições inimigas, apesar do fogo que lhe era dirigido a partir de Monterrey.

Findo o reconhecimento, Gomes Freire ordenou a retirada para as elevações, formando-se duas colunas que marcharam para Vilarelho, ficando a Cavalaria a cobrir a retaguarda. Perto dos altos de Combra, a artilharia espanhola disparou alguns tiros contra os portugueses, que sofreram dois soldados de Cavalaria feridos e um cavalo morto, constando que o inimigo tivera cinco baixas. Às seis horas da tarde as tropas chegaram a Virarelho. A desordem era grande. Apesar de o comandante ter mandado que se levasse pão para dois dias, muitos soldados ignoraram essa ordem e, ou porque o não fizeram, ou porque o perderam nas marchas desordenadas, a maior parte da força não tinha mantimentos. Resolveu Gomes Freire permanecer em Vilarelho naquela noite, para descanso dos militares e dos cavalos, prosseguindo de manhã para os altos do Outeiro Seco. Como o inimigo estava próximo, foram tomadas todas as precauções para evitar uma surpresa. Na Atalaia de Vilarelho ficou o 2º Batalhão do Regimento de Chaves, com algumas Milícias. O 1º Batalhão ficou junto à ermida, na estrada para Verim. Os Granadeiros e Caçadores permaneceram à direita da mesma ermida. A Cavalaria ficou na Veiga, com algumas vedetas, formando o resto das tropas na estrada. Pelas onze horas da noite todas as forças estavam em posição de combate, quando se ouviram alguns tiros ao longe, aos quais os Caçadores responderam com várias descargas. Gerou-se grande tumulto e confusão, com as tropas a correr para tomar as armas, disparando sem critério. Os cavalos espantavam-se com os tiros, alguns soltaram-se e fugiram, enfim, todos julgaram tratar-se de um ataque espanhol. Finalmente, conseguiu repor-se um mínimo de ordem, mas o mal estava feito. Alguns oficiais do Regimento de Infantaria de Chaves e das Milícias da mesma praça fugiram, bem como muitos voluntários, dirigindo-se para Chaves, onde espalharam a ideia de que estava em marcha um grande ataque espanhol, que o general e o Coronel do Regimento de Bragança estavam mortos, que a maior parte dos soldados tinha sido aprisionada e

que o inimigo entraria em Chaves pela manhã. Na localidade gerou-se o pânico. O General D. Manuel José Lobo acreditou nas notícias terríveis propaladas, e que pareciam confirmar-se pela chegada de alguns cavalos sem cavaleiro que pertenciam ao Regimento de Bragança. Ordenou que os moradores abandonassem a praça e que as Milícias e as tropas que ainda ali estavam fizessem o mesmo, levando bandeiras e estandartes. Por outro lado, mandou suspender o envio de abastecimentos para Vilarelho, colocando as tropas de Gomes Freire numa situação delicada. A retirada foi de tal forma precipitada que as muralhas ficaram desguarnecidas e os presos arrombaram as portas da cadeia e fugiram...

Quando Gomes Freire tomou conhecimento do que sucedera em Chaves, escreveu ao General D. Manuel José Lobo, informando-o que não havia qualquer perigo imediato, pelo que aquele oficial, que ainda não tinha chegado a Vila Pouca, retrocedeu, e entrou em Chaves no dia 10 de Junho.

Privadas de abastecimentos, as tropas estacionadas em Vilarelho passavam privações. Gomes Freire mandou abater um boi e os soldados ceifavam centeio para se manterem. Mas era vital conservar aquela posição, porque os espanhóis podiam tomar conhecimento da evacuação de Chaves e tentar qualquer acção se surpresa.

No dia 10 de Junho, Gomes Freire mandou vir alguma Artilharia de reforço de Chaves e, ao anoitecer, um grupo de espanhóis, das guarnições de Mondim e de Feces reforçados com paisanos armados, avançou até ao vau do Tâmega, acima do Rabal, e dispararam contra as posições portuguesas, sem provocarem baixas. Dos oficiais portugueses, mereceram louvor, pelo seu comportamento, os Coronéis Wiederhold e Manuel Pinto Bacelar, João Carlos de Osendoorcer, Ajudante de Ordens de Gomes Freire, os cadetes do Regimento de Gomes Freire, Vasco Fernandes Coutinho de Melo e Caetano Tomás de Sousa, o Coronel do Real Corpo de Engenheiros Conrado Henriques Nicomeser e os Tenentes Coronéis José Cardoso de Figueiredo, do Real Corpo de Engenheiros, e Domingos Bernardino de Sousa, do 2º Regimento de Cavalaria de Bragança, «os quais retiraram debaixo do fogo do inimigo uma peça de artilharia que fora tombada e estava com as rodas quebradas»⁴.

No dia 11 não se registaram confrontos, retirando-se Gomes Freire para o campo do Outeiro Seco, a uma légua de Vilarinho, deixando ali 60 Milicianos e 6 cavalos. O

⁴ Fernando Maia, op. cit., p. 15.

Regimento de Cavalaria de Bragança e o de Infantaria de Chaves, bem como o parque de Artilharia estavam acampados na margem direita do Tâmega, e um Esquadrão em Vila Verde, apoiado com Milícias de Chaves e com um destacamento em Monforte. Formou-se uma cadeia de piquetes de Infantaria desde o Tâmega até às alturas do flanco esquerdo e fizeram-se algumas obras de fortificação do campo. Tendo conhecimento de que o inimigo fora reforçado com Cavalaria, Gomes Freire saiu de madrugada de dia 14 com 30 cavaleiros e com a Companhia de Caçadores do Regimento de Infantaria de Chaves para um reconhecimento pelo caminho de Bostelo, Torre e Agrela. Assim que chegou ao lugar de Bosaens, onde se supunha que o inimigo tivesse uma guarnição, o que não sucedeu: «O grito dos habitantes confundia-se com o do toque dos sinos, ao mesmo tempo que os paisanos armados, postados nos campos, faziam sobre as nossas avançadas e os nossos flanqueadores um fogo bastante incómodo. As tropas regulares do inimigo tinham fugido»⁵.

Na refrega, dois populares feridos com cutiladas. O juiz pediu a Gomes Freire que não fizesse mal ao povo, exigindo aquele a entrega das armas e uma contribuição de dez bois, o que foi feito, regressando depois a Portugal.

Às 6 da madrugada de dia 17, uma força espanhola de 30 cavaleiros e alguma Infantaria apresentou-se diante de Vilarelho, tentando passar o rio. O comandante da guarnição, Tenente Tomé Gonçalves, Quartel Mestre do Regimento de Milícias de Chaves colocou os seus homens nos rochedos da margem, repelindo o inimigo e causando-lhe cinco baixas. Gomes Freire enviou rapidamente reforços para o local, prevendo que os espanhóis regressassem em maior força. Mandou para ali 40 cavaleiros e 40 Caçadores do Regimento de Chaves, as Companhias de Granadeiros e de Caçadores do Regimento de Milícias de Vila Real e uma peça de Artilharia de calibra 8, que foi colocada na Atalaia de Vilarelho. De facto, no dia seguinte, os espanhóis surgiram de novo no mesmo local, com trinta cavaleiros e duzentos soldados de Infantaria, contando que encontrariam uma fraca resistência. Foram surpreendidos pelo número de soldados portugueses que guarneciam a passagem e mais ainda pela existência do canhão, que começou a disparar, pelo que se retiraram sem que tenham tentado qualquer ataque.

Em Vila Verde estava uma pequena força portuguesa compreendendo um Esquadrão do Regimento de Cavalaria de Bragança e algumas Milícias de Chaves. Muito perto

⁵ Idem, p. 6.

daquele posição ficava a localidade de Feces, do lado espanhol da fronteira, que tinha um posto de Infantaria. Gomes Freire resolveu neutralizar aquele posto, que foi tomado sem combate por a respectiva tropa o ter abandonado de noite. As autoridades locais ofereceram-se para reconhecerem como vassalos do Príncipe Regente de Portugal, e Gomes Freire exigiu que todo o centeio e trigo ali existente fosse levado para Chaves para ser vendido.

Era esta a situação no Norte quando, a 18 de Junho, ali chegou a notícia do cessar-fogo e da assinatura da paz entre Portugal e Espanha.

«E se as operações do Exército de Trás-os-Montes não foram brilhantes, conseguiu-se ao menos, mediante elas, que a Província ficasse intacta, e que, não tendo perdido um só palmo, ser nela que se ganhou, ainda que pouco, ao inimigo»⁶.

⁶ Fernando Maia, op. cit., p. 17.